

VIVEIROS DE BRAÇOS PARA A COLHEITA: NÚCLEOS COLONIAIS E MECANIZAÇÃO DO CAFÉ EM SÃO PAULO – 1895 -1911

Cláudia Alessandra Tessari - Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – ctessari@gmail.com

Área temática: *Brasil República*

Resumo

Este trabalho analisa a discussão em torno da implementação de núcleos coloniais como “viveiros” de trabalhadores temporários sazonais para as lavouras cafeeiras entre 1895 e 1911 no Estado de São Paulo. Esta discussão teve lugar em função da necessidade de redução de custos e de flexibilização do trabalho, em período de crise, e esteve intimamente relacionada com a possibilidade de mecanização da lavoura cafeeira. Mesmo que os núcleos coloniais não tenham solucionado estes problemas, analisar a discussão sobre sua implementação evidencia uma série de questões relevantes para a economia agrícola que só encontrariam condições para serem solucionadas décadas depois. À época, a diminuição do preço do café e o saldo migratório negativo evidenciaram a necessidade de revisão da política de mão de obra em São Paulo baseada essencialmente no subsídio à imigração estrangeira e de revisão dos altos custos de produção da lavoura para exportação associados ao colonato. A alternativa discutida no período foi a mecanização de parte do processo de produção complementada com a contratação de trabalhadores temporários sazonais para as etapas do processo produtivo onde o trabalho do ser humano era indispensável. Como a mecanização viria aumentar um problema típico da agricultura, o da sazonalidade na demanda por trabalho, para que ela pudesse ser implementada e propiciasse maior flexibilidade de trabalho e de custos seria necessário poder contar com trabalhadores sazonais extra fazenda. Os núcleos coloniais viriam fornecer estes trabalhadores, sendo por isso, considerados “viveiros de braços para as colheitas”. A análise destas discussões mostrou-nos que segmentos da elite intelectual e setores da cafeicultura tinham consciência de que somente a sólida garantia de oferta de mão de obra para os momentos de demanda intensa de trabalho na agricultura permitiria a mecanização e a flexibilidade e redução de custos. Em outras palavras, mostrou-nos que uma tendência do trabalho na agricultura paulista que viria a ser implementada a partir da década de 1960 – o emprego maciço de trabalhadores temporários sazonais – já se delineava. No entanto, mostrou-nos também que apesar dessa compreensão clara do problema e de sua “resolução”, esta ainda não podia ser implementada (como o foi anos mais tarde) dada a inexistência de exército de reserva plenamente formado.

Palavras-chave: núcleos coloniais – trabalho temporário – mecanização

Abstract

This work analyzes the discussion about the implementation of colonial nucleus as “nursery stock” of seasonal temporary workers for coffee tilling between 1895 and 1911 in the State of Sao Paulo. This discussion arose in function of the need of cost reducing and work flexibilization and was closely related to the possibility of coffee tilling mechanization. In this period, the decrease of coffee price and the negative migratory balance evidenced the need to review the labor policy in Sao Paulo based essentially in the subsidy to foreign immigration and the revision of the high costs of the tilling for export associated to colonists. The alternative discussed at that time was mechanization of part of the production process in

association to hiring seasonal temporary workers for the steps of the production process where human work was indispensable. Since mechanization would increase a problem typical to agriculture, that of the seasonality in work demand, in order that it could be implemented and provide a greater flexibility of work and costs counting on extra farm seasonal workers would be needed. Colonial nucleus would provide these workers that therefore, were considered as “arms nursery for harvest”. The analysis of these discussions showed us that segments of the intellectual elite and sectors of the coffee culture were aware that only a solid labor offer guarantee for the moments of intense demand in the agriculture work would allow the mechanization and flexibility and cost reduction. In other words, it has showed us that a work trend in the Sao Paulo agriculture that would be implemented as of the 1960’s – the massive employment of seasonal temporary workers – was already being outlined. However, it has also showed us that in spite of this clear understanding of the problem and its “resolution”, this could not yet be implemented (as it was year later) due to the inexistence of a fully formed reserve army.

Key-words: colonial nucleus – seasonal work - mechanized

Introdução

Com a colonização das terras marginais das estradas de ferro em tráfego [...] teríamos dentro de alguns anos conseguido ao mesmo tempo multiplicar as fontes de riqueza publica pela variedade das produções – crear um número considerável de **viveiros de trabalhadores rurais, aptos para prestarem seus serviços na época das fainas agrícolas da lavoura cafeeira**, e ipso facto, tornar intensivas as nossas culturas. Em vez da instabilidade de hoje, não obstante os pesados sacrificios que custa ao fazendeiro a manutenção do excessivo pessoal permanente, teríamos então o trabalho regularizado, sem mais onus que o do pagamento pelos serviços feitos. (RELATÓRIO da Secretaria da Agricultura, 1905, p. 294, grifo nosso).

Este trabalho analisa as discussões realizadas por fazendeiros e parte da elite intelectual paulista sobre a implementação de núcleos coloniais como “viveiros de braços” que assegurassem a oferta de mão de obra nos momentos de demanda intensa por trabalho, como a colheita. Essa discussão foi retomada no período analisado por conta da diminuição dos preços do café no mercado internacional associada ao aumento da área produtiva e à diminuição do saldo migratório, fatores que evidenciavam a necessidade de se repensar as questões dos custos de produção e do regime de trabalho baseado no colonato.

Realizar a análise dessas discussões em torno dos núcleos coloniais pode ser feita independentemente da realização efetiva ou não dessa hipótese como modo de dar conta do problema da mão de obra temporária sazonal extra fazenda. Pode ser feita, ainda, mesmo que a solução não tenha surtido os efeitos esperados. Acreditamos que a análise dessas discussões podem auxiliar no entendimento de, pelo menos três dimensões do período: i) do problema que existia à época de escassez sazonal de braços, isto é, para os momentos de picos da demanda por trabalho, ii) do conjunto mais vasto de possibilidades que eram vislumbradas para incrementar o uso de trabalhadores desvinculados da fazenda como alternativa para aumentar a flexibilidade da oferta de trabalho, iii) da consciência que setores dos fazendeiros tinham de seus problemas concretos. Sendo assim, neste trabalho o mais importante não é tanto a solução imaginada em si mesma, mas, antes, o “diagnóstico”

que levou à proposta da solução e, posteriormente, as razões que levaram à “conclusão” de que esta solução não era possível.

O problema que eles percebiam, da necessidade de exército de reserva como meio de assegurar a elasticidade da oferta de mão de obra para uma atividade que apresenta alta demanda sazonal por trabalho, só seria resolvido nos anos 50 e 60 do século XX (com o trabalhador volante) quando a oferta de terras se tornou escassa tomando, inversamente, a oferta de mão de obra abundante.

A grande diminuição dos preços do café a partir de 1895 (alcançando entre 1901 e 1910 menos da metade dos preços em réis praticados em 1893) associada à valorização do mil réis, a qual estimulava a saída de imigrantes estrangeiros que tinham imigrado para São Paulo, pois tornava mais barata a viagem para o exterior, tornava patente a necessidade de alteração da política de mão de obra até então praticada e a necessidade de redução dos custos da produção cafeeira. Naquele momento, veio à tona a discussão acerca da flexibilização dos custos com mão de obra na grande lavoura e, também, da diminuição dos gastos com a imigração anual maciça que se tornava cada vez mais difícil justificar com a queda dos preços do café (SALLUM JR., 1982, p. 110; HOLLOWAY, 1984, p. 265).

As críticas ao sistema de imigração subsidiada e ao regime de colonato seguiam vários sentidos: o gasto excessivo do Estado para trazer trabalhadores que, no final das contas, ficava por pouco tempo nas fazendas, tornando constante a necessidade de imigração subvencionada; o tipo de imigração que trazia o trabalhador para a lavoura sem dar atenção à necessidade de fixar este trabalhador no país; e a rigidez do colonato que, ao manter o trabalhador dentro da fazenda, limitava a capacidade de diminuição dos custos por meio do cultivo mecânico e da dispensa de trabalhadores na entressafra.

Quando a nossa lavoura não precisar ter nas fazendas mais do que o pessoal de custeio ordinário e poder recorrer na época da colheita a um pessoal externo às fazendas [...] o lavrador ver-se-á mais desembaraçado de despesas e poderá encurtar a duração da época da colheita, o que será de superior vantagem [...] (BOLETIM da Agricultura, 1901, p. 590)

Como os custos da fazenda de café eram em grande parte representados pelos custos com mão de obra, tornava-se necessário, então, repensar-se a forma como o trabalho nas fazendas era organizado.

O padrão de trabalho na lavoura cafeeira é marcado por descontinuidades no que se refere ao tipo de tarefa, à intensidade de trabalho e à quantidade de mão de obra necessária nas diversas fases da produção. De modo geral, durante 8 meses do ano a demanda por trabalho era relativamente pequena, devendo o trabalhador apenas cuidar para que os pés de café não fossem tomados pelas ervas daninhas (tarefa do trato ou cultivo). Durante 4 meses,

na época da colheita, a exigência de trabalho era intensa tanto em horas trabalhadas quanto em número de trabalhadores. Na época estimava-se que o período da colheita requeria cerca de 54% mais trabalhadores quando comparado com o período da entressafra, momento de necessidades médias de trabalho (ESTATÍSTICA especial da lavoura de café, 1900, p. 6)

Agravando ainda mais o problema da sazonalidade e instabilidade na demanda por mão de obra, estava a imprevisibilidade da colheita, tornando a demanda por trabalho diferente não só ao longo do ano mas de um ano para outro. (TESSARI, 2010, cap. 2).

Uma atividade que tem um padrão de demanda por trabalho deste tipo - sazonal, incerto e descontínuo - requer fatores de produção flexíveis, em especial a mão de obra) que se adaptem à demanda por trabalho.

A escravidão havia resolvido este problema por meio da auto-suficiência das fazendas (GORENDER, 1985, p. 210). O colonato resolveu este problema cedendo terras aos colonos para que mantivessem suas roças de alimentos e alguma criação. Desta maneira, tanto as fazendas escravistas quanto as da época do colonato mantinham um regime de trabalho que contornavam em boa medida os problemas oriundos da sazonalidade: permitiam aos trabalhadores formas de ocupação produtiva de seu tempo no período da entressafra, liberavam as fazendas de arcar com os custos de manutenção do trabalhador nos momentos em que seu trabalho não era requerido na grande lavoura; e, ao mesmo tempo, mantinham uma reserva de mão de obra interna às fazendas. (RESENDE, 2006, p. 6, SALLUM, 1982, p. 238, STOLCKE & Hall, 1983, p.110)

No momento de crise da economia cafeeira do início do século XX, as discussões em relação à diminuição dos custos com mão de obra gravitavam em torno da necessidade de flexibilização do trabalho, isto é, em torno da possibilidade de contratar trabalhadores em quantidades diferenciadas para cada etapa do processo de produção adequando o quantum de trabalho à demanda. A possibilidade de flexibilização do trabalho, por sua vez, girava em torno da possibilidade de mecanizar parte do processo de produção cafeeira (o trato ou cultivo do cafezal) e de incrementar a contratação de trabalhadores temporários, permitindo o aumento da relação trabalho temporário/trabalho permanente.

Naquele momento, se o colonato era um sistema engenhoso que permitia certa flexibilidade e o rebaixamento nos custos monetários possibilitando à fazenda driblar em parte os problemas derivados da sazonalidade da agricultura (REZENDE, 2006, p.6; SALLUM, 1982, p. 238, TESSARI, 2010, p. 157-162), ao mesmo tempo ele era um impeditivo à mecanização do trato, pois o uso dos capinadores exigiria a inutilização das terras entre as fileiras de café (onde os colonos podiam plantar culturas alimentares) e, o que é essencial para nossa discussão, aumentaria a discrepância entre o quantum de trabalho necessário para a etapa do trato ou cultivo e o quantum

de trabalho para a colheita, aumentando, portanto, o problema oriundo da sazonalidade da agricultura.

Caso a fazenda quisesse mecanizar o trato e manter o trabalhador dentro dela, mais terras seriam necessárias para aproveitar o maior tempo ocioso do trabalhador. Estas terras, no entanto, não poderiam estar intercaladas aos pés de café, visto que as culturas alimentares nas ruas do cafezal era outro limitador da mecanização: “Para fazermos uso das machinas nos cafézaes é necessario porém que nelles não se plantem cereaes, os quaes deverão ser cultivados a parte em terrenos apropriados. O colono está habituado a isso, de modo que temos de deshabitua-lo e compensa-lo ainda” (SOUZA, 1905, p. 210).

Os capinadores existentes na época permitiam grande redução da necessidade de mão de obra constante, ou seja, aquela necessária para manter o cafezal limpo ao longo dos 8 meses entre uma colheita e outra. Já em 1895, a estimativa era que com os capinadores existentes poderia se economizar mais de 90% de trabalho: “um homem e um a dois animais fariam o serviço de doze a quatorze trabalhadores” (QUEIROZ, 1895, p. 93)

Além dos motivos expostos acima, que requereriam a mudança no sistema de trabalho nas fazendas, a possibilidade da mecanização do trato ainda ficava prejudicada por uma série de motivos: “declividade do terreno; natureza do solo; distância entre as plantas; e, falta de abundancia de braços fixos ou nomades por ocasião da colheita” (DUARTE, 1913, p. 303).

Quanto a este último problema, a falta da abundância de braços por ocasião da colheita, estava relacionado ao fato de o trabalho nesta fase do processo de produção (fase de necessidade máxima de trabalho) ter de ser feito à mão:

Há, na cultura do café, uma phase em que não se pode empregar as machinas: é a da colheita. A colheita de café reclama durante quatro meses, mais ou menos, um afanoso trabalho. Nos paizes muito povoados, toma-se muito facil esse serviço, porque se consegue de prompto o pessoal preciso; mas no Brasil isso não acontece; pelo que os fazendeiros são obrigados a manter um grande numero de trabalhadores durante todo o anno, unicamente por causa da colheita. Tem-se pois, aqui, uma grande dificuldade contra o abaixamento do preço do café. (FAUCHÈRE, 1914, p. 402).

A redução de trabalhadores proporcionada pela mecanização do trato, aumentando a discrepância entre o quantum de trabalho entre as duas etapas (trato e colheita) somente seria viável se existisse a certeza da facilidade do abundante braço “fixo ou nômade” na época da colheita. A mecanização possível na época, então, ao se referir apenas a uma fase do processo de produção, poupava trabalho, mas aumentava a dependência do capital por trabalho sazonal extra fazenda.

Para Carlos Duarte, que escrevia sobre a possibilidade da mecanização do café em 1913, apesar de todos os fatores expostos impossibilitarem o uso dos capinadores, era este último o principal problema que ainda impedia sua utilização:

Se indagarmos porque assim procedem [mantendo o uso da enxada ao invés dos capinadores mecânicos] iremos com certeza achar o motivo [...] principalmente nas dificuldades com que arcam por ocasião da colheita. Effectivamente, a cultura mecanica, exigindo pessoal pouco numeroso, mais ou menos a vigesima parte do que exigiria a cultura manual, traz o grave inconveniente da deficiencia de braços justamente na epocha em que mais fazem sentir a sua falta. (DUARTE, 1913, p. 304)

Naquele momento em que o mercado de trabalho ainda estava em gestação, aumentar a discrepância entre as exigências de trabalho nos momentos de baixa e nos momentos de pico significava tornar vulnerável o negócio da grande lavoura, pois a deixaria extremamente dependente do trabalhador extra fazenda num momento em que o exército de reserva ainda estava em formação. Isso só seria feito, como realmente o foi, cinquenta anos depois, quando a certeza da oferta elástica de mão de obra estava garantida (SILVA, 1981; MELLO, 1976), isto é, quando se tinha a certeza de que a oferta de mão de obra se adequaria rapidamente às demandas cíclicas e sazonais da agricultura. A oferta elástica de mão de obra, por sua vez, dependeria da expropriação da terra ao trabalhador, dependeria da criação de uma massa de trabalhadores que não tivesse como produzir seus meios de vida, nem nas formas econômicas de subsistência.

Além do mais, a agricultura tinha (e, em boa medida tem até hoje) um processo de trabalho que é desfavorável ao capital: a grande diferença entre o tempo de trabalho (quantidade de tempo que o trabalhador dedica às tarefas do processo de produção - preparar a terra, plantar, cultivar e colher) e o tempo de produção (quantidade de tempo necessária para que o produto esteja pronto). Para o café, por exemplo, estimava-se na época um tempo de trabalho de apenas 175 dias em um tempo de produção de 360 dias. (GAZETA DE PIRACICABA, 14 ago 1888, p. 3). Logo, quase metade dos dias do ano o trabalhador ficaria sem ocupação na lavoura cafeeira e, nesse tempo, deveria dar conta dos meios de subsistir. Na agricultura, portanto, a menos que a mecanização incida tanto sobre a fase inicial quanto sobre a fase final (isto é, no plantio e também na colheita), ela não altera o tempo de produção, podendo produzir simplesmente um aumento do *tempo de não trabalho*, mantendo-se inalterado o *tempo de produção*, uma vez que este é, na agricultura, prescrito por condições naturais. (SILVA, 1981, p. 33.)

Naquele momento, no entanto, quando não havia exército de reserva plenamente formado, mecanizar o trato significava apenas aumentar os tempos mortos do trabalho no cafezal sem, contudo, ter a certeza de conseguir flexibilizar os custos com trabalho. Ao não reduzir o período de produção, reduzindo apenas uma parcela do tempo de trabalho (da capina), o tempo de *não trabalho* aumentaria, não implicando, todavia, na maior flexibilidade

dos custos com mão de obra pois não havia a certeza de poder contar com trabalhadores abundantes quando a demanda os requeressem.

Por volta de 1899, Carlos José de Arruda Botelho, médico, político e proprietário de diversas fazendas no interior do Estado, testou o emprego de capinadores mecânicos, os capinadores da marca *Planet*, uma espécie de charrua. “Os seus cafezaes, que exigiam a permanência de trinta famílias para um cultivo conveniente tiveram trato muito mais cuidado apenas com dez famílias e camaradas de costume, com pouco diferença” (CARMO, 1899, p.176). No entanto, ao diminuir o número de famílias com as quais costumava manter limpo seu cafezal (de trinta para dez), Carlos Botelho viu-se embaraçado com a falta de trabalhadores na ocasião da colheita: “sentiu-se profundo desequilíbrio por ocasião da coroação e colheita porquanto essa se atrasou”. (CARMO, 1899, p.176).

Portanto, a mecanização do trato naquele momento não era possível por diversos fatores: pelas condições técnicas propriamente ditas (inclinação e constituição do terreno e espaço entre os cafeeiros) mas sobretudo por que exigiria uma remodelação do sistema de trabalho. Esta remodelação, baseada na inversão da relação trabalho permanente /trabalho temporário (ou trabalho do colono/ trabalho sazonal extra fazenda), por sua vez, era impossibilitada pela escassez sazonal de braços ou, em outras palavras, pela não existência de oferta elástica de mão de obra na época da colheita.

Foi Gomes Carmo, redator proprietário da **Revista Agrícola**, quem relatou esta experiência na fazenda de Carlos Botelho, concluindo que “o emprego do capinador mechanico para o cultivo do café exige[ia] como corollario uma organização de trabalho mais racional, sem o que pouco vale, porque afinal fica sempre de pé a questão da colheita, que só se faz a braço” (CARMO, 1899, p. 176).

Para ele, a solução estaria em fixar o trabalhador ao solo ao lado das fazendas, nas terras baixas mais sujeitas a geadas e, portanto, não cultivadas com café. Assim as fazendas teriam trabalhador “fixado ao solo e prompto a acudir aos chamados do fazendeiro no momento da colheita, que se effectua justamente, quando o colono tem concluido a colheita de cereaes e se acha disponivel e desejoso de occupação que remunerere o seu trabalho sob a forma de salarios” (CARMO, 1899, p. 176).

Para Gomes Carmo, o problema estava no sistema de colonato que, mantendo pessoal excessivo para garantir a colheita, limitava o uso de tecnologia poupadora de mão de obra. A solução para a maior flexibilização do trabalho estava em ter trabalhadores ao lado das fazendas a quem recorrer nos momentos de pico de trabalho: “corrija-se a organização do trabalho colonial, fixe-se o colono junto às fazendas e o capinador mechanico prestará optimo serviço no cultivo do café” (CARMO, 1899, p. 179).

Seria necessário, então, que as fazendas tivessem garantido um suprimento de mão de obra extra fazenda para as fases de pico de trabalho que lhes permitisse diminuir a dependência quanto aos trabalhadores permanentes. Portanto, o que daria à empresa rural cafeeira a possibilidade de diminuir o número de trabalhadores permanentes e flexibilizar a mão de obra era o adequado suprimento de trabalhadores sazonais para todo e qualquer trabalho da fazenda.

Introduz-se, assim, outro elemento na argumentação a favor da inundação do mercado de trabalho. Junto ao argumento da “escassez de braços” há agora o argumento da necessidade do aumento de produtividade por meio da mecanização. De qualquer maneira, os dois argumentos conduziam para a mesma direção: o aumento do exército de reserva que lhes permitisse o rebaixamento dos salários, fosse diretamente, pela simples saturação do mercado de trabalho, fosse indiretamente, pela flexibilização da contratação.

Si se podesse obter gente bastante [...] Assim também lucraria o fazendeiro, que hoje precisa manter durante todo o anno o **peçoal necessário para a colheita**. Elle poderia reduzir o seu peçoal á metade e poderia cultivar os seus cafezaes com machinas agricolas, o que ate hoje poucos fazem exactamente pelo motivo de serem obrigados a conservar um grande peçoal durante o intervallo das colheitas.” (KULMANN, 1901, p. 32, grifo nosso).

A solução estava na manutenção deste exército de reserva não dentro das fazendas (como no caso do colonato cuja família do colono constituía uma reserva de mão de obra), mas ao lado dela, em núcleos de população que servissem como locais de arremontagem desta mão de obra temporária sazonal. Neste momento abriu-se novamente a discussão em torno dos núcleos coloniais para atender aos reclamos da grande lavoura quanto à questão da mão de obra, especialmente no que dizia respeito à questão da flexibilidade dos custos.

Núcleos coloniais: braços fixos para a colheita

Naquele momento, apesar de o colonato constituir, em certa medida, um reservatório de mão de obra para fazer frente às épocas de maior demanda por trabalhadores a mão de obra dos colonos e seus familiares não era suficiente nos momentos de maior trabalho e o uso de trabalhadores temporários sazonais desvinculados da fazenda era corriqueiro e estruturante da atividade produtiva (TESSARI, 2011, cap. 3).

Um expediente a que se recorria nas áreas em que isso era possível, era a utilização da mão de obra de pequenos sítios para os trabalhos temporários (MOURA, 1998). A pequena lavoura de alimentos era um dos reservatórios de mão de obra necessária para as mais variadas atividades não contínuas e sazonais exigidas pelo trabalho agrícola. Portanto, nos locais mais populosos onde havia maior número de pequenas propriedades, havia também maior possibilidade de se contar com trabalhadores temporários sazonais não residentes nas fazendas:

“Nas regiões em que abundam as pequenas propriedades e nas quaes a cultura cerealifera é largamente praticada, há quase sempre abundancia de braços [...]” (DUARTE, 1913, p. 304).

No entanto, nas áreas mais novas de café as fazendas tinham de ser mais colonizadas que as das áreas mais antigas, visto que nas áreas novas a possibilidade de contar com mão de obra temporária extra fazenda era mais remota por três motivos: a pequena lavoura de alimentos (reduto de possíveis trabalhadores temporários) era menos significativa; a densidade populacional era pequena; e a sazonalidade do trabalho era agravada pela monocultura o que exigia maior elasticidade da oferta de mão de obra.

Nos locais onde este reservatório de trabalhadores temporários sazonais não existia, talvez ele pudesse ser criado. Foi nesse sentido que voltou a ser discutida no Estado de São Paulo a política de criação de núcleos coloniais estatais (que poderiam estar localizados em terras do Estado ou em terras particulares por ele adquiridas) ou particulares (localizados em terras privadas e fomentados pelo estado).

Para contornar o problema da rigidez do trabalho que ainda existia com o colonato frente às exigências sazonais do trabalho agrícola, a qual exigia oferta altamente elástica de mão de obra, os núcleos coloniais, ao criar a pequena propriedade ao lado da grande, seriam os “viveiros de trabalhadores” onde as fazendas buscariam mão de obra sazonal para as épocas da colheita:

As colônias espalhadas pelo Estado oferecerão **em certa quadra do anno trabalhadores úteis e desocupados** que procurarão novos lucros na colheita que lhes proporcionará a lavoura cafeeira, dando lugar a que esta poupe não só o empate na construção de numerosas casas, até aqui destinadas a manter os braços precisos para a garantia da safra, como os gastos avultados do custeio pela substituição das famílias de trabalhadores pelos instrumentos aperfeiçoados de cultura (MALTA, 1905, p. 2, grifo nosso)

Para cumprir o propósito de fornecedor de braços temporários sazonais para as grandes fazendas, os núcleos tinham de se dedicar a culturas cujas exigências de trabalho fossem intercalares às exigências na grande propriedade, não concorrendo, assim, com o café quanto à demanda por mão de obra (como os colonos das fazendas que somente podiam plantar milho, feijão e algum arroz) e deviam, além do mais, estar localizados próximos às fazendas cafeeiras e às ferrovias. O algodão herbáceo era uma alternativa para estes núcleos visto que sua colheita não coincidia com a do café:

Além de que, formariam **viveiros de trabalhadores** que auxiliariam a lavoura nas colheitas de café, para a qual sempre luctam os lavradores por falta de braços, que facilmente conseguirão nos nucleos, **sendo as colheitas, como são, nos meses de desocupação para elles e para suas famílias, podendo todos, com vantagens recíprocas, empregar-se naquela laboração.** (GAVIÃO PEIXOTO, 1905, p. 34, grifo nosso)

Os ciclos de produção dos cereais e do café, no entanto, podiam ser intercalados, mas não perfeitamente, pois em alguns momentos as tarefas de um coincidia com as do outro, como no caso

da preparação das sementeiras para a plantação dos cereais que devia ser feita em julho, justamente época de colheita do café, momento de pico de trabalho nas grandes fazendas (ALMANACH Ilustrado do agricultor paulista, 1906, p.20-50). Por este motivo, os núcleos tinham de estar localizados próximo às fazendas para que houvesse tempo de o trabalhador efetuar o trabalho no seu lote de terra e vir colher café nas grandes propriedades. Também tinha de estar próximo às ferrovias não só para permitir o escoamento da produção dos lotes mas também para garantir que servissem realmente como *viveiros de braços temporários*, uma vez que a proximidade das ferrovias facilitaria o transporte dos trabalhadores para as fazendas de café mais distantes.

Devemos tratar de colonisar, em primeiro lugar, as terras servidas por estradas de ferro e **situadas dentro das zonas em que se encontram as fazendas de café** e onde são abundantes as terras próprias para outras culturas [...] A colonização ahi terá assegurado o seu bom êxito, não só porque os productos dos núcleos terão facilidade de transporte para os mercados, como também porque os colonos terão, **na época em que lhes sobra tempo, trabalho seguro e remunerador na colheita e outros serviços da grande lavoura**. (Relatório da Secretaria da Agricultura, 1905, p. 132, grifo nosso)

O decreto que criou a *Agência Oficial de Colonização e Trabalho*, em 1906, previa, inclusive, o subsídio do transporte de trabalhadores dos núcleos coloniais para se engajarem nas colheitas das fazendas de café:

Art. 43. – Durante o período das colheitas, a Agencia Official de Colonização e Trabalho deverá providenciar de accordo com as instrucções do Secretario de Agricultura, no sentido de ser facilitado aos colonos localizados nos nucleos coloniaes o seu transporte de ida e volta em estrada de ferro, quando se ajustarem para trabalhar nas fazendas. (DECRETO n. 1.355 de 10 de abril de 1906, que cria a Agencia Official de Colonização e Trabalho)

Desta forma, contemplando também os interesses da grande lavoura, a política de núcleos coloniais passou a ter seu papel reinterpretado, sendo positivamente reavaliada por alguns como reservatórios humanos para os períodos agrícolas de maior atividade (PETRONE, 1985, p. 93-133; GADELHA, 1982, p. 150 ; BEIGUELMAN, 1971, p. 91). Somente desta maneira, fornecendo braços para a grande lavoura e não concorrendo com ela neste quesito, a política de núcleos coloniais poderia ser aceita pelos fazendeiros, pois a verba para a compra das terras, loteamento e construção da infraestrutura seria proveniente da renda do café, principal fonte de renda do Estado de São Paulo:

A vida em São Paulo é tão relacionada com a cultura do café que a nova política de colonização não teria tido chance de se tornar popular se os próprios fazendeiros não tivessem apoiado a ideia. Eles são mais alarmados que qualquer outro pela instabilidade do trabalho agrícola, porque a falta de braços no momento da colheita pode ser desastrosa [assim] ponderaram que estabelecendo colonos proprietários a uma pequena distância das plantações de café, eles teriam à mão um corpo de trabalhadores que necessariamente lhes seriam um público fiel a quem eles poderiam recorrer no momento necessário. [...] Este argumento selou a aliança entre defensores da grande e da pequena propriedade. (DENIS, 1911, p. 226)

Em 1908, Antonio Candido Rodrigues, defensor da política de núcleos coloniais como viveiro de braços, abria o **Relatório da Secretária da Agricultura** assegurando que a intenção da nova política sobre os núcleos não era concorrer com a grande lavoura em questão de braços:

No Estado de S. Paulo, onde predomina a grande lavoura e onde o Estado tira as suas rendas principalmente do seu quasi unico producto, o café, só se pode planejar e realizar uma colonização razoavel e practica de maneira que aquella não venha a soffrer com esta, ou por outra, que continuem á sua disposição, como antes, os braços precisos. Porque da renda, que o café produz, é que tem de sahir as despesas a fazer com a colonisação. (RELATORIO da Secretaria da Agricultura, 1908)

Pode, assim, na primeira década do século XX, ser reanimada a política de núcleos coloniais fundados pelo Estado, como um suplemento para as necessidades da lavoura de café, e não como um programa competitivo daquela. Enquanto no sul do Brasil estas colônias eram vistas como um modo de tomar posse de terras fronteiriças desocupadas, em São Paulo elas deviam ser estabelecidas dentro das zonas cafeeiras, para se tornarem fontes de produtos alimentícios localmente produzidos e de mão de obra extra durante o auge da colheita.

Na década de 1820 já havia aparecido a dicotomia entre as formas de utilização do imigrante no país: o braço para a grande lavoura em substituição ao escravo ou a sua localização em pequenas propriedades. Durante toda a história da imigração para o Brasil, se encontram essas duas tendências ou se entrecrocando ou coexistindo pacificamente, conforme os interesses dos que estavam no poder. Durante a primeira República, continuaram a existir as duas correntes de imigração para o Brasil já esboçadas durante o Império: uma fornecendo braços para a grande lavoura do café e a outra promovendo o povoamento de áreas escassamente povoadas por meio do estabelecimento de pequenas propriedades (PETRONE, 1985, p. 95).

Em São Paulo, desde 1886, o governo do estado tinha praticamente abandonado a política de colonização voltando-se para subsidiar e atrair imigrantes para o engajamento na grande lavoura, enquanto a existência dos núcleos coloniais estava restrita a desenvolver centros de agricultores voltados para a produção de gêneros alimentícios e também para atuar como fator de propaganda do progresso deste Estado no exterior. Durante o regime republicano em São Paulo pode-se distinguir duas fases distintas que nortearam a criação dos núcleos. Uma primeira fase, que se estende até aproximadamente 1896/97, e uma segunda, iniciada em 1900, que define mais claramente o papel destes núcleos no processo de acumulação e expansão cafeeira (GADELHA, 1982, p. 150).

A primeira fase da política de núcleos coloniais da Primeira República em São Paulo foi mais apoiada pelos representantes dos interesses do Norte do estado. A decadência das fazendas de café do Norte implicou que deputados representantes desta região passassem a se interessar pela colonização. Após a Abolição, foram eles os que mais lutaram para obter os benefícios trazidos pela criação de núcleos coloniais, os quais possibilitariam a valorização de suas terras

e a restauração da combalida economia regional. Portanto, nesta primeira fase, a zona mais favorecida pela criação de núcleos foi o Norte do Estado, com 4 núcleos, seguida da região circunvizinha da capital, com 3 núcleos (GADELHA, 1982, p. 158).

Os núcleos localizados na região Norte foram instalados em propriedades adquiridas pelo Estado onde se fazia sentir a queda da renda propiciada pelo café. Em todos, as terras achavam-se esgotadas para plantio em grande escala do café ou eram impróprias para sua cultura. Provavelmente estes proprietários não obteriam comprador, numa época de escassez de moedas, capital e crédito, não fosse a ação assumida pelo Estado. Já os núcleos localizados na região circunvizinha da capital vinham suprir outra necessidade: produzir alimentos para a região num momento em que terras apropriadas e braços estavam sendo canalizados para a produção cafeeira (GADELHA, 1982, p. 164).

Na segunda fase identificada, a que nos interessa aqui, os novos núcleos estavam dentro das zonas cafeeiras e em regiões cortadas pelas estradas de ferro, servindo aos interesses da grande lavoura como viveiros de trabalhadores. O fato de estarem localizados nestas regiões daria a eles maior possibilidade de sucesso que os núcleos anteriormente fundados no estado, visto que os anteriores ou estavam localizados quase sempre em lugar inconveniente, ou no fundo do sertão em terras excelentes mas sem vias de comunicação e longe dos mercados, ou perto destes, mas em terras estéreis (KULMANN, 1901, p. 33).

A localização dos núcleos nesta segunda fase ocorreria de forma a atender critérios mais técnicos e econômicos do que políticos, permitindo-lhes um melhor rendimento produtivo, sem descuidar dos interesses dos grandes fazendeiros de café, quer pela valorização das áreas marginais às suas fazendas, quer fornecendo trabalhadores em épocas de maior demanda de trabalho.

Em seis anos, entre 1905 e 1911, foram criados onze núcleos coloniais estatais. Destes, apenas um estava localizado fora da área cafeeira, em Ubatuba. Os núcleos fundados entre 1905 e 1907, com sua respectiva localização, foram: núcleo Jorge Tibiriçá (localizado no atual município de Corumbataí, na época região pertencente ao 3º distrito agrônômico); Nova Odessa (no atual município de Nova Odessa, no 2º distrito); Conde do Pinhal (em Ubatuba, no 6º distrito); Gavião Peixoto (no atual município de Gavião Peixoto, no 4º distrito) e Nova Europa (no atual município de Nova Europa, também no 4º distrito).

Entre 1910 e 1911, foram fundados: Nova Veneza (no atual município de Sumaré, no 2º distrito); Boa vista (em Jacareí, no 1º distrito); Conde do Parnaíba (em Conchal, no 3º distrito); em Juquiá (em Juquiá, no 6º distrito); Visconde de Indaiatuba (em Mogi-Mirim, no 2º distrito); e Martinho Prado (também em Mogi-Mirim, no 2º distrito) (GADELHA, 1982, p. 165).

A maior parte destes núcleos estava encravada em terras de grandes fazendas, como é o caso da Sesmaria do Cambuhy, de propriedade do Conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto, que compreendia cerca de oito fazendas de café, abrangendo terras situadas nos municípios de Araraquara, Matão e Ibitinga. Os três núcleos ali formados (“Gavião Peixoto”, “Nova Paulicéia” e “Nova Europa”) além de estarem encravados em meio a estas fazendas, representavam ponta de lança do povoamento naquela região, situada em pleno coração da zona produtora de café (GADELHA, 1982, p. 240).

Também é o caso da Sesmaria de Conchal, situada no atual município de mesmo nome, cujo retalhamento deu origem aos núcleos de “Martinho Prado Júnior”, “Visconde de Indaiatuba” e “Conde de Parnahyba”. Fundados em terras de antigas fazendas de café e cortados pela Estrada de Ferro Funilense, representam o avanço da pequena propriedade em direção a zonas ainda pouco povoadas. Esperava-se que estes núcleos viessem a diminuir o poder de barganha dos trabalhadores das fazendas locais, que frequentemente ameaçavam greves buscando melhores salários (RELATORIO da Secretaria da Agricultura, 1914, p. 200).

Nesta segunda fase, também, a política de núcleos, além de tentar contemplar aos interesses da grande lavoura quanto à flexibilidade dos custos com mão de obra, ainda servia para assistir fazendeiros falidos. O Estado, comprando propriedades ou arcando com os custos do loteamento de terras doadas por grandes proprietários (como foi o caso com os núcleos formados na propriedade do Conselheiro Gavião Peixoto), subsidiava diretamente os empresários cafeeiros que ganhariam tanto com a venda dos lotes quanto com a possibilidade de contar com trabalhadores sazonais para as épocas de pico de trabalho: “No entanto, é fácil de ver que a colonização das terras particulares traz a dupla vantagem de facilitar a venda das mesmas, por melhores preços, e de fornecer, nas épocas apropriadas, um bom contingente de braços aos próprios fazendeiros que deles careçam” (RELATORIO da Secretaria da Agricultura, 1909, p. 302).

Mesmo tentando contemplar os interesses da grande lavoura e apesar do ônus que a política de imigração em massa subvencionada significava também para as finanças do Estado, os fazendeiros nunca se convenceram das vantagens comparativas dos núcleos, mesmo porque as vantagens imaginadas não se concretizaram na prática. Assim, apesar da criação de alguns núcleos coloniais por parte do governo e da iniciativa particular, nunca foram assumidos em escala significativa os projetos de colonização formadores de braços temporários para a lavoura.

Pouco se tem notícia sobre seu sucesso como viveiros de trabalhadores temporários sazonais para as fazendas de café. Na documentação pesquisada encontramos quase nenhuma referência aos núcleos como viveiros *efetivos* de trabalhadores sazonais. As referências se restringiam a outras

informações, tais como o crescimento da produção e da variedade de produtos cultivados bem como a capacidade dos colonos em quitar a dívida de seus lotes.

Uma das poucas referências encontradas na documentação sobre a utilização *efetiva* dos residentes nos núcleos como trabalhadores temporários sazonais para as colheitas de café foi encontrada no **Relatório da Secretaria da Agricultura de 1907**, quando a pasta estava sob responsabilidade de Carlos Botelho, um dos mais ardorosos defensores da mecanização associada aos viveiros de braços temporários, tendo sido durante sua gestão à frente da Secretaria da Agricultura que a maior parte dos núcleos da segunda fase foi criada. O **Relatório da Secretaria da Agricultura de 1907** informava que o governo havia fornecido turmas de colhedores para as fazendas, no total de 815 pessoas, vindas dos núcleos de Nova Odessa, Tibiriçá e Campos Salles (RELATORIO da Secretaria da Agricultura, 1907). Foi durante a gestão de Carlos Botelho, também, que a *Agência Oficial de Colocação* foi implantada trazendo em seu regulamento de criação a possibilidade do subsídio estatal ao transporte da população dos núcleos para as colheitas.

Em 1911, Pierre Denis, indagava: “A criação destas colônias tem fornecido aos fazendeiros de café, como era esperado, uma reserva de trabalho disponível no tempo da colheita? Aqui, novamente, nós teremos de esperar mais alguns anos antes de responder” (DENIS, 1911, p. 231).

Seis anos depois, no **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**, encontramos resposta para sua indagação:

A experiencia não tem desmentido essa afirmação da doutrina. As fazendas situadas nas proximidades de núcleos coloniais ou em cujas redondezas se desenvolveu a pequena propriedade (...) não lutam, pelo menos por ocasião das colheitas, com dificuldades tão grandes como as que assoberbam os proprietários de terras não favorecidos por aquelas duas condições. (BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, 2º trim 1917, p. 278)

Porém, logo em seguida, o texto do **Boletim** acrescentava que se a pequena propriedade (e nela incluídos os núcleos coloniais) não vinha produzindo, na medida desejada, os resultados em relação à mão de obra agrícola, isto era devido a uma destas duas causas:

Ou os grandes fazendeiros não têm sabido aproveitar a vizinhança dos pequenos, obstinando-se na sua immoderada preferência pelos recémchegados; ou os pequenos proprietários têm encontrado para o exercício de sua actividade **um campo de tal modo vantajoso, que não lhes sobra tempo ou disposição para acrescentar aos lucros do próprio sitio o salário que o chefe da família, os filhos e os agregados podem ganhar na fazenda mais próxima.** (BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, 2º trim 1917, p. 278, grifo nosso)

Se, por um lado, a pequena propriedade era necessária para desonerar a empresa capitalista dos custos de manutenção do trabalhador nas épocas mortas do café, também impedia a plena proletarização deste trabalhador, pois ao permitir que ele obtivesse meios de subsistência e não dependesse totalmente dos salários monetários, seu poder de barganha seria

maior. Assim, os núcleos coloniais, ao gerarem um custo de oportunidade ao trabalhador acabavam por diminuir a elasticidade da oferta de mão de obra, sendo incompatível, portanto, com economias altamente exigentes de mão de obra temporária sazonal.

A hipótese de que os núcleos coloniais serviriam como viveiros de braços para a colheita, portanto, era implausível, pois os núcleos seriam uma forma de assegurar exército de reserva sem expropriação de meios de produção. Uma contradição, em suma. Criaria uma camada média de pequenos proprietários que não estariam obrigados a trabalhar no momento em que a grande lavoura necessitasse.

Pelo nucleo nós capinaríamos os cafezaes com camaradas e na colheita recorreríamos ao nucleo, mas o habitante delle ou por não precisar ou por ter de trabalhar nas industrias provenientes da pequena propriedade, taes como a fabricação da farinha de mandioca, a extracção do mel de abelhas, a preparação do azeite de mamona, da manteiga e outras, impedil-o-ia de nos colher café. [...] E estas ainda não são as peiores hypotheses. O que succederia fatalmente era a imposição pelos proprietários do nucleo do preço da colheita. (BARROS, 1907, p. 393).

Contrariamente ao que ponderavam os defensores da política de núcleos como viveiros de braços para as colheitas, o trabalhador que tinha acesso à terra sem estar ao mesmo tempo submetido a um contrato de trabalho com a grande fazenda, só colocaria sua força de trabalho à disposição do capital quando as tarefas em seus lotes o permitissem e quando lhes fosse vantajoso. Caso contrário, com a subsistência garantida, o trabalhador só se engajaria nos diversos trabalhos temporários da fazenda cafeeira por uma remuneração compensadora.

Outro fator que contribuiria para o pequeno resultado prático destes núcleos como viveiros de braços para a colheita era a dificuldade da migração temporária dos trabalhadores dos núcleos para as fazendas situadas fora dos municípios onde eles estavam localizados, visto que contrariava interesses políticos e econômicos locais:

Não se esqueceu o Poder Público de pôr à disposição dos colonos os meios de se transportarem às fazendas para as colheitas. Surge, porem, no fornecimento desses meios o factor do interesse regional, municipal, prejudicado pela saída, ainda que temporaria, de braços uteis para a lavoura. Esse modo de suprimento de mão de obra às grandes propriedades, fica, pois circumscripto aos respectivos municípios. (BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho, 2º trim 1917, p. 278)

Como o transporte teria de ser feito pelo poder público, por ordem do Secretário da Agricultura, isto dificilmente aconteceria durante a Primeira República, período da história política brasileira em que a manutenção de interesses locais e regionais era tão importante.

Além do mais, os núcleos tinham de estar muito próximos das fazendas, visto que mesmo que as culturas da lavoura para exportação e dos núcleos fossem diferentes e passíveis de serem intercaladas no tempo, os momentos em que as várias tarefas de uma e outra tinham de ser realizadas eram próximos e, às vezes, coincidentes inclusive com o período de pico de trabalho na

lavoura de exportação, impossibilitando que os moradores dos núcleos pudessem se afastar de seus lotes por muito tempo para irem colher café em outro município:

Como a sementeira destes [cereais] se faz em Setembro, seria preciso que o fazendeiro começasse já em julho ou agosto, ou em se tratando de derribadas, já em junho, o mais tardar a preparar a terra. Mas este é exactamente o tempo da colheita de café, durante a qual o fazendeiro precisa de todos os braços disponíveis. [...] O colono pela sua parte, o mais tardar em abril, teria terminado suas colheitas e poderia assim ir colher café, levando até a mulher e os filhos. Em julho ou agosto ele poderia tornar a preparar terra para a sua sementeira em Setembro. (KULMANN, 1901, p. 29)

Por isso, o trabalhador tinha de estar fixado no interior da grande propriedade para exportação e não ao lado dela. O sistema de colonato, ao prever a concessão de terras ao colono e sua família dentro da fazenda, conseguia ao mesmo tempo manter a integridade territorial da fazenda e submeter o colono, por meio do contrato, à obrigação de tratar e colher o café no tempo e momento que a fazenda exigisse. Além do mais, ao limitar os tipos de plantas que os colonos podiam cultivar¹ e ao restringir a quantidade de cada planta de acordo com a proporção de pés de café sob responsabilidade do colono, o contrato de colonato tentava evitar que o trabalho na lavoura de alimentos dentro da fazenda prejudicasse o trabalho no cafezal. (SALLUM JR, 1982, p. 166; FALEIROS, 2007)

Considerações finais

A análise da questão em torno da mecanização do trato em conjunto com a criação dos núcleos coloniais nos permite entender o porquê de o trabalho temporário extra fazenda não ser preponderante, apesar de já ser importante naquele momento para estruturar a atividade produtiva. Em outras palavras, nos permite apreender em que medida era possível a inversão da relação *trabalhador permanente (colono)/trabalhador temporário* e em que medida era viável depender em demasia da utilização de trabalhadores desvinculados da grande propriedade, fossem eles camaradas, jornaleiros, empreiteiros, colhedores, sitiantes ou moradores dos núcleos.

A discussão do período em torno da possibilidade de redução dos custos de produção mostra que já havia consciência de que a mecanização e a flexibilização do trabalho dependiam de oferta abundante de mão de obra para garantir especialmente que nos picos de trabalho não faltassem trabalhadores e que a produtividade e a lucratividade passavam por este expediente.

No momento de crise da economia cafeeira do início do século XX, a predominância do trabalho de colonos foi posta em xeque como maneira mais adequada para a necessária flexibilização de custos que a empresa capitalista requer num setor com demanda altamente

¹ Geralmente os contratos de colonato permitiam que os colonos plantassem por conta própria apenas plantas que tivessem calendários de produção com picos e baixas de trabalho intercalares ao café (geralmente: milho, feijão, arroz e batata).

sazonal por mão de obra. Sabia-se que para mecanizar o cultivo do café e poder inverter a relação *trabalhador permanente/trabalhador temporário*, com este último sobrepujando o primeiro, era necessário ter mão de obra fácil, barata e abundante.

De acordo com alguns representantes da elite cafeeira, a alternativa de fixação do trabalhador ao lado das fazendas, nos núcleos coloniais onde ele poderia se dedicar a culturas que tivessem pico de trabalho intercalar ao pico de trabalho na grande propriedade, permitiria a mecanização do trato do café, tarefa na qual estavam alocados os trabalhadores permanentes residentes (colonos), permitindo redução dos custos com mão de obra.

No entanto, se alguns acreditavam ser possível a utilização de trabalhadores que intercalavam o trabalho na grande lavoura com o trabalho na lavoura própria de alimentos, como efetivamente acontecia, a experiência lhes mostrava, também, que contar *apenas* com estes trabalhadores não era possível. Com acesso à terra, podendo escolher o que e quanto produzir e estando desobrigado de prestar serviço à grande lavoura, poderia não sobrar tempo ao trabalhador ou ele poderia não se interessar pelo trabalho na cultura para exportação, a não ser que a remuneração fosse atrativa.

Numa atividade que tem discrepâncias entre o tempo de trabalho e o tempo de produção e discrepâncias entre os *quantuns* de trabalho nas diferentes etapas do processo produtivo, a lucratividade depende da flexibilização dos fatores de produção, especialmente o trabalho, em outras palavras, depende da possibilidade da pura compra de força de trabalho sem que o capitalista-fazendeiro tenha de ter responsabilidades outras na manutenção do trabalhador nos períodos de não trabalho. Além do mais, depende da possibilidade de contratar, dispensar e recontratar mão de obra de acordo com as necessidades da produção.

Numa sociedade em que a terra ainda era abundante, uma alternativa parecia ser distribuir terras, mas esta era justamente a mais contraditória, pois este o fator primordial que impedia a plena proletarização do trabalhador. Enquanto os trabalhadores não fossem totalmente destituídos dos meios de subsistência, enquanto não dependessem totalmente dos salários para a sobrevivência, eles não constituiriam uma oferta típica de mão de obra necessária para a empresa capitalista. Não será à toa que a plena proletarização do trabalhador do campo em São Paulo ocorrerá somente anos mais à frente quando a restrição do acesso à terra formará um exército abundante de mão de obra que permitirá a mecanização dos tratos culturais e transformará o trabalhador residente em trabalhador eventual (SILVA, 1981; MELLO, 1976; BRANT, 1977).

Referências bibliográficas

Almanach Ilustrado do Lavrador Paulista para 1906 organizado por Julio Brandão Sobrinho, inspetor do 1o distrito agronomico. São Paulo: Duprat & Comp., 1906.

BARROS, Dario Leite de. “A cultura mechanica dos cafezaes” In: *Revista Agricola*. São Paulo, n. 143, 15 jun 1907, p. 392-395.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Fazenda de Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista. 1895-1930*. Rio Claro, SP: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro. Aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 1971.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis” In: *Estudos Cebrap*, São Paulo: 1977, 19, p. 37-92.

CANABRAVA, Alice. “A grande lavoura” In: *História Geral da Civilização Brasileira, Brasil Monárquico*, tomo 2, v.4, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

CARMO, A. Gomes. “Uma visita a fazenda do Senr. Carlos Botelho – cultura racional do café” In: *Revista agricola*, São Paulo, anno IV, n. 46, 15 mai 1899, p. 174-179.

“Condições da lavoura no mez de setembro” In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1901*. São Paulo: Red. da Revista Agricola, serie 1, n. 9, setembro de 1901, p. 590-597.

Decreto n. 1.355 de 10 de abril de 1906, que cria a Agencia Official de Colonização e Trabalho In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1906*. São Paulo: Red. da “Revista Agricola”, 7a serie, n. 4, abril de 1906, p. 145-154.

DENIS, Pierre. *Brazil*. 1911.

DUARTE, Carlos. “Considerações sobre a cultura mechanica do cafeeiro” In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1913*. São Paulo: 14a serie, n. 5, maio de 1913, p. 302-305.

“Emigração inter-regional para as colheitas” In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras publicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano 7, n. 23, 2º trim 1917, p. 275-283.

“Estatística especial da lavoura de café nos municípios de Araçariguama, Atibaia, Bananal, Pilar, Sertãozinho e Redempção” In Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1900*. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1a serie, n. 6, jun 1900 (suplemento).

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Campinas, SP: tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

FAUCHÈRE, A. “Melhoramentos possiveis diante da situação economica da cultura cafeeira no Brasil” In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado

de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1914*. São Paulo: 15ª série, ns. 4-5, abr mai 1914, p.400-404.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1982.

GAVIÃO PEIXOTO, B. A. "O povoamento do solo. Cartas dos snrs Visconde de Ouro Preto e Conselheiro Gavião Peixoto sobre o assumpto" In: *Revista Agricola*, São Paulo, ano X, n. 114, 15 jan 1905, p. 31-37.

GAZETA de Piracicaba, 14 ago 1888.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KULMANN, Alberto. "Imigração" In: *Revista Agricola*, São Paulo: ano VI, suplemento do n. 69, 15 abr 1901, p. 1-40.

MALTA, Francisco de Toledo. "Homestead" In: *Revista Agricola*, São Paulo, anno X, n. 114, abr 1905, p. 1-4.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O "Bóia-Fria": acumulação e miséria*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

MOTTA SOBRINHO, J. "Cultura mechanica do cafeeiro" In: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura. Anno de 1913*. São Paulo: 14a série, n. 11-12, novembro-dezembro de 1913, p. 746-748.

MOURA, Denise A Soares de. "Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888)" In: *América Latina en la Historia Económica*, v. 27, jan-jun 2007, p. 79-110.

_____. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração" In: *HOLANDA, Sergio Buarque de. História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1985, tomo III, vol. 2, p. 93-133.

QUEIROZ, Luiz. "Algumas palavras sobre a cultura do café" In: *Revista Agricola*, ano 1, n. 6, 01 nov 1895, p. 93-94.

REZENDE, Gervásio Castro de. "Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica" In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, vol. 44, no 01, p. 47-78, jan/mar 2006.

SALLUM Jr., Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

- SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981. (Economia e Planejamento)
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio de 1903 pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida, Secretario da Agricultura*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1904.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1904*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1905.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1906*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1907.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura. Anno 1907*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Co, 1908.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, secretario da Agricultura. Anno de 1908*. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1909.
- Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Relatorio apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice-presidente do Estado em exercício pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, secretario de Estado. Annos de 1912-1913*. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1914.
- SOUZA, Everardo. “Evolução agricola de São Paulo” In: *Revista Agricola*. São Paulo: ano 10, n. 118, 15 mai 1905, p. 206-214.
- STOLCKE, Verena; Hall, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3, n. 6, set. 1983, p. 80-120.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência no trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Campinas, SP: [s.n.], 2010 (tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da Unicamp)
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano di cultura/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.